

“Esqueletos” fazem dívida crescer R\$ 176,6 bilhões

De Brasília

O reconhecimento de passivos antes não explícitos do setor público pelo governo Fernando Henrique Cardoso foi responsável por uma elevação de R\$ 176,62 bilhões no estoque dívida pública líquida desde o início de 1996, quando se iniciou este processo. Mais da metade do impacto, 52%, correspondem a passivos reconhecidos e assumidos pelos tesouros Nacional e estaduais para sanear o sistema financeiro estatal.

Só a capitalização dos bancos federais pelo Tesouro Nacional provocou, neste período, uma elevação de R\$ 46,49 bilhões no saldo da dívida pública. Isso é considerado reconhecimento de esqueletos porque o Tesouro reconheceu e assumiu prejuízos que já estavam nos bancos mas

que só vieram à tona quando foram explicitados em balanços.

Em valores históricos, a capitalização dos bancos federais um aporte de R\$ 21,94 bilhões. Mas é preciso considerar também os juros que o passivo assumido pelo Tesouro gerou a partir de sua incorporação às estatísticas da dívida, explicou Altamir Lopes, chefe do Departamento Econômico do Banco Central, ao divulgar os números, ontem.

O total de R\$ 176,62 bilhões também já considera os juros gerados. Em valores correntes, ou seja, sem considerar os encargos financeiros que geraram, foram reconhecidos passivos no montante de R\$ 105,76 bilhões desde o início de 1996.

Além da capitalização direta, outra cifra que precisa ser considerada no saneamento dos bancos federais é a assunção, pelo Tesouro Nacional, da

dívida da Previdência Social junto ao Banco do Brasil, cujo impacto atualizado chega a R\$ 5,33 bilhões.

Os “esqueletos” assumidos no âmbito do Proes — programa por intermédio do qual o governo federal financiou aos Estados o saneamento do sistema bancário estadual — não chegam a ser tão grandes quanto os do Proef (programa dos bancos federais). Mas chegam perto. Sozinho, o Proes provocou impacto de R\$ 40,35 bilhões no endividamento líquido do setor público, já em valores atualizados.

O calote dado no Banco Central por bancos que foram liquidados e cujas massas não tiveram condições de honrar as dívidas também foi um fator de geração de “esqueletos”, de R\$ 13,38 bilhões em valores atualizados. Entre outros, também vieram à tona, nesses quase sete anos, passi-

vos previdenciários, que exigiram do setor público aporte de R\$ 9,13 bilhões em favor de fundos de pensão dos funcionários. Houve também o reconhecimento, no montante atualizado de R\$ 26,84 bilhões, de dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), mecanismo do subsídio a antigos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

No caso do FCVS, ainda há muito mais a reconhecer nos próximos anos, na medida em que os contratos de financiamento forem vencendo e sendo habilitados.

Do início de 1996 a outubro deste ano, a dívida líquida do setor público cresceu R\$ 657,75 bilhões. Isso significa que só a incorporação de “esqueletos” respondeu por cerca de 27% do total do aumento da dívida no período. (MI)